

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS 259/12 QUE
ENTRE SI FAZEM A **UNIÃO**, POR
INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL DE**
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITÓRIOS E A EMPRESA
INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES
LTD A ME (INTELIT SMART PROCESS)

Aos 14 dias do mês de Novembro de 2012
(dois mil e doze), no Gabinete da Presidência, do Tribunal de
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com registro no
CNPJ/MF 00.531.954/0001-20, situado na Praça Municipal, Lote 01,
Palácio da Justiça, Brasília-DF, de um lado, a **UNIÃO**, por
intermédio do referido Tribunal, neste ato representado por seu
Presidente, Desembargador **JOÃO DE ASSIS MARIOSI**, no uso da
atribuição que lhe confere o art. 10, da Lei 11.697, de
13/06/2008, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de
outro lado, a empresa **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTD A ME**
(**INTELIT SMART PROCESS**), **CNPJ/MF 10.682.187/0001-04**, estabelecida
no SCRS, CR, Quadra 514, Bloco "C", Entrada 49, Sobreloja, Asa
Sul, Brasília - DF, CEP 70.380-535, (Tel.: 3327-3777), neste ato
representada por seu Sócio, **CARLOS JACOBINO LIMA**, portador da
Cédula de Identidade 1.730.702 SSP/DF e do **CPF 899.412.251-68**,
daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem
celebrar o presente Instrumento, com base nas Leis 8.666/1993 e
10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005 e em conformidade com o
decidido no **Pregão Eletrônico 121/2012** e no **PA 11.914/2012**, os
quais farão parte integrante deste Instrumento, juntamente com a
Proposta da **CONTRATADA**, independentemente de transcrição, e
mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente
Instrumento tem por objeto a prestação de serviços de suporte
técnico para mapeamento, diagnóstico e implantação de processos de
Governança de TIC, operacionalização da Assessoria de Governança
de TIC - AGTIC, transferência de conhecimento para gestão dos
processos e monitoramento dos processos implantados, nos termos do
Edital, deste Contrato e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL - Leis
8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - O
serviço referido na Cláusula Primeira obedecerá ao estipulado

¹ INTELIT - processos de governança de TIC - PA 11.914-2012 - cd

neste Instrumento, bem como às obrigações assumidas na Carta-Proposta fornecida pela **CONTRATADA**, em 02/10/2012, e dirigida ao **CONTRATANTE**, a qual, independentemente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Além das demais obrigações previstas no Edital e neste Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a:

I - firmar Termo de Confidencialidade, de acordo com o art. 20, inciso I, alínea "b", item 1, da IN 04, de 12/11/2010;

II - substituir, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do **CONTRATANTE** ou ao interesse do Serviço Público;

III - manter os seus empregados, quando em serviço nas dependências do **CONTRATANTE**, devidamente identificados com crachá de identificação;

IV - responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados ao **CONTRATANTE** e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, em razão de sua ação ou omissão ou de quem em seu nome agir;

V - apresentar na reunião inicial, uma proposta de trabalho para execução dos serviços, considerando o cronograma físico-financeiro estabelecido pelo **CONTRATANTE**;

VI - providenciar para que o objeto contratado seja entregue em perfeito estado, no local indicado pelo **CONTRATANTE**, sem quaisquer danos, avarias ou ônus adicionais para o **CONTRATANTE**;

VII - responsabilizar-se por todo o transporte do produto objeto da presente contratação, e os deslocamentos necessários a sua entrega;

VIII - tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto contratado, responsabilizando-se pelo pagamento de tributo e despesas inerentes ao serviço executado;

IX - não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes deste Contrato;

X - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA compromete-se a não manter ou contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - Todas as unidades da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) serão envolvidas nos trabalhos de execução do projeto e indicarão pelo menos dois representantes de cada Subsecretaria para acompanhamento das ações e execução dos trabalhos, bem como participar das reuniões de acompanhamento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - O prazo de início dos trabalhos será contado a partir da publicação do contrato.

I - Para execução total dos serviços estima-se o prazo de 18 (dezoito) meses distribuídos conforme CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO GLOBAL, conforme Cláusula Nona.

II - Horário de execução: entre 12 e 19 horas, a critério da Assessoria de Governança de TIC - AGTIC.

III - Local de execução: Praça Municipal, lote 1, Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa, bloco A, 6º andar - Brasília-DF.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO - O recebimento dos serviços será acompanhado e fiscalizado pela Assessoria de Governança de TIC - AGTIC, na condição de representante do **CONTRATANTE**, e será executado em duas etapas:

I - Provisoriamente: O recebimento provisório ocorrerá na própria Nota Fiscal, a qual deverá conter a relação de ordens de serviços homologadas pelo **CONTRATANTE**.

II - Definitivamente: O recebimento definitivo ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO E COMUNICAÇÃO DOS TRABALHOS DE GOVERNANÇA DE TIC - Haverá uma reunião inicial no quinto dia útil após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, para ambientação da equipe, apresentação das expectativas do **CONTRATANTE**, cujos participantes serão:

I - o preposto da CONTRATADA;

II - o especialista em Gerenciamento de Projetos COBIT da equipe da CONTRATADA;

III - os servidores designados como executores do Contrato;

IV - o Secretário de Tecnologia da Informação do **CONTRATANTE**;

V - os Subsecretários das unidades subordinadas da Secretaria de Tecnologia da Informação: SUDES, SUTEC, SURAT e SUTEL;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventualmente, poderão ser convocados para participar da reunião, membros da equipe técnica da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Acontecerão reuniões quinzenais para planejamento e acompanhamento das atividades seguintes: avaliação dos trabalhos realizados na quinzena anterior, identificação de riscos eminentes para o projeto e proposição de soluções, suporte técnico para elaboração de até 5 (cinco) apresentações institucionais para divulgação dos trabalhos de governança de TIC, bem como avaliação das versões preliminares dos produtos em construção.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Participarão, necessariamente, das reuniões pelo menos 1 (um) representante da unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual e o profissional com perfil "Especialista em Gerenciamento de Projetos" da **CONTRATADA**. Eventualmente, poderão ser convocados para participar da reunião, membros da equipe técnica da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO - As reuniões acontecerão nas dependências do **CONTRATANTE**, em dia e local a serem agendados junto à unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO GLOBAL - Serviços de suporte técnico para mapeamento, diagnóstico e implantação de processos de Governança de TIC, operacionalização da Assessoria de Governança de TIC - AGTIC, transferência de conhecimento para gestão dos processos e monitoramento dos processos implantados, conforme detalhamento do objeto no Anexo IV, e o cronograma abaixo:

Sequência de execução	Fase	Prazo em até (meses)	Duração acumulada	Valor Total (R\$)
1º	1 e 2	10	10	365.483,91
2º	3 e 4	5	15	213.059,36
3º	5	3	18	91.454,73
Total		18		669.998,00

I - O prazo de execução da Ordem de Serviço (OS) será contado em dias corridos a partir da data especificada na OS.

II - Até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá entregar Relatório de Ordens de Serviços Executadas, juntamente com seus produtos e requerimentos, para fins de homologação e autorização para faturamento.

III - A homologação dos serviços executados será feita em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento do Relatório de Ordens de Serviços Executadas.

IV - A Nota Fiscal de serviço deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis após a homologação.

V - O recebimento provisório ocorrerá na própria Nota Fiscal, a qual deverá conter a relação de ordens de serviços homologadas pelo **CONTRATANTE**.

VI - O recebimento definitivo ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento provisório.

VII - O pagamento será mensal e calculado sobre o valor total da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) (OS) executada(s) e homologada(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todo evento a ser realizado pela **CONTRATADA**, relativo a este Contrato e seus anexos, terá que ser conhecido, autorizado e acompanhado pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução dos serviços previstos neste Contrato ocorrerá da seguinte forma:

a) **Fases 1 e 2:** concomitantemente, no prazo máximo de 10 (dez) meses;

b) **Fases 3 e 4:** concomitantemente e após a finalização das fases 1 e 2, no prazo máximo de 5 (cinco) meses;

c) **Fase 5:** após a finalização da fase 3, nos últimos 3 (três) meses de vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RELAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO - A **CONTRATADA** deverá apresentar a relação dos profissionais técnicos especializados que participarão da execução dos serviços de suporte técnico no momento da reunião inicial, contendo o nome, RG, documentação comprobatória dos requisitos estabelecidos no Anexo V.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá disponibilizar equipe de profissionais qualificada para a

realização dos serviços conforme as condições indicadas no Anexo V, em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Uma vez definida a equipe do projeto, a mesma não poderá ser alterada, salvo por motivo de força maior comprovado mediante análise pela unidade responsável pelo gerenciamento do projeto e autorização expressa da Administração Superior do **CONTRATANTE**. Neste caso, o substituto deverá possuir conhecimentos, qualificações e experiências equivalentes ou superiores à do membro original da equipe.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local de prestação dos serviços, para representá-la na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES PELA CONTRATADA - Todos os documentos, artefatos, formulários, mapas e desenhos de processos e demais documentos elaborados pela **CONTRATADA** deverão ser entregues ao **CONTRATANTE** em formato digital e físico, passíveis de edição, salvo aqueles produzidos por terceiros e anexados aos produtos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os requisitos constantes do "caput" desta Cláusula serão objeto de verificação e aprovação por parte do **CONTRATANTE** como condição para recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL - Será exigido que a **CONTRATADA** apresente ao **CONTRATANTE**, 05 (cinco) dias após a publicação do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, observado o disposto no § 5º, Art. 56, da Lei 8.666/1993, mediante uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

a) no caso de prestação da garantia na modalidade de caução em dinheiro, a **CONTRATADA** deverá efetuar depósito na Caixa Econômica Federal e apresentar o comprovante ao **CONTRATANTE** no ato da publicação do contrato.

II - seguro-garantia; e

III - fiança-bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia apresentada na modalidade fiança bancária só será aceita pela Administração do **CONTRATANTE** se o banco expressamente renunciar ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei 10.406/2002 - Código Civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**, a garantia será executada para ressarcimento ao **CONTRATANTE** dos valores das multas e indenizações por ela devidos, sujeitando-se, ainda, a **CONTRATADA** a outras penalidades previstas na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia, ou seu saldo, somente será liberada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do contrato e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição financeira em que foi realizado o depósito.

PARÁGRAFO QUARTO - Aditado o contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor por acréscimo ou supressão, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la em uma das modalidades constantes nesta Cláusula a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de prorrogação do prazo contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da publicação do termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A despesa com a execução do presente Instrumento correrá, no período de sua vigência, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União ao **CONTRATANTE**, no Elemento de Despesa 339039-57 - Pessoa Jurídica - classificação funcional programática 02061056742340053.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos, neste exercício, pela Nota de Empenho 20 12 NE 002065, de 12/11/2012 no valor de R\$ 669.998,00 à conta da Dotação Orçamentária especificada nesta Cláusula, para atender às despesas inerentes a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALOR - O valor do presente Instrumento fica ajustado em R\$ 669.998,00 (seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento, mediante o atesto da nota fiscal, a qual deverá ser apresentada preferencialmente em 2 (duas) vias, contendo o nº do Banco, da Agência e da conta-corrente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** disponibilizará para o **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias úteis após a homologação dos serviços constantes do Relatório de Ordens de Serviço Executados, a Nota Fiscal correspondente aos serviços executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se no ato da prestação do serviço, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da **CONTRATADA** junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça do Trabalho (CNDT) e à Fazenda Federal, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

PARÁGRAFO QUARTO - O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do serviço, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

EM = I x N x VP

Em que:

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \Rightarrow I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

PARÁGRAFO SEXTO - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O **CONTRATANTE**, no uso de suas atribuições, fará as seguintes retenções, conforme o caso, sobre o(s) pagamento(s) realizado(s):

I - relativas aos Tributos e às Contribuições Federais, com base na Instrução Normativa SRF 480, de 15/12/2004, publicada no DOU de 29/12/2004, alterada pelas Instruções Normativas: SRF 539, de 25/04/2005; SRF 706, de 9/01/2007; a partir de 1º/07/2007 pela IN RFB 765, de 2/08/2007; RFB 791, de 10/12/2007;

II - relacionadas à Contribuição Previdenciária,

cálculadas as retenções sobre a remuneração decorrente da prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra ou empreitada, de acordo com o disposto na Instrução Normativa 03, de 14/07/2005, publicada no DOU de 15/07/2005;

III - referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) - incidente sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços, regulamentado pelo Decreto GDF 25.508, de 19/01/2005, decorrente do convênio firmado entre a União e o Distrito Federal, publicado no Diário Oficial da União de 21/11/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE - O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis 9.069/1995 e 10.192/2001, utilizando-se como índice o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade interna) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO - O objeto deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO - Na hipótese de a **CONTRATADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento do valor indevido e atualizado pelo índice IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), "pro rata temporis", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A quantia, recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, devendo o **CONTRATANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

I - Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CONTRATADA** manifestar sobre o pagamento superior apurado pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **CONTRATANTE** deverá notificar a **CONTRATADA** para que recolha, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser preenchida e impressa no sítio do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br) ou na internet, na página da SEOF/SUCON, com os seguintes campos:

Unidade Favorecida:

Código 100001

Gestão 00001

Recolhimento:

Código 98815-4

Contribuinte:

CPF/CNPJ

Nome

Valor do Documento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Efetuado o recolhimento de que trata o Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** encaminhará ao **CONTRATANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o índice estabelecido no "caput" desta Cláusula não possa mais servir aos fins a que se propõe, ficam, desde já, acertadas as partes em avençar outro para substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - A **CONTRATADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, procedendo-se a sua revisão a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA**, quando for o caso, deverá formular ao **CONTRATANTE** requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenham onerado excessivamente as obrigações contraídas por força deste Contrato.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do Contrato.

II - Junto com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos comparativos entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - O **CONTRATANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independentemente de solicitação, o **CONTRATANTE** poderá convocar a **CONTRATADA** para acertar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações decorrentes da revisão do Contrato serão publicadas na Imprensa Nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração do **CONTRATANTE** irá, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com o descredenciamento no SICAF, ou no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais, por deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal;

II - advertência;

III - multa;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade aplicadora da penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficam fixados, a título de multa, os percentuais e procedimentos por atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratualmente estabelecida e/ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, nos seguintes termos:

I - No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de execução do serviço, será aplicada multa de mora a incidir sobre a parcela em atraso, no percentual de:

a) **0,2%** (dois décimos percentuais) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso;

b) **0,3%** (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso.

II - As multas moratórias incidirão até o 60º (sexagésimo) dia de atraso.

III - Dependendo da infração cometida, a Administração, a seu critério, poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observadas as disposições constantes dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

IV - No caso de descumprimento das obrigações

contratuais, excetuadas as situações previstas no inciso I, será aplicada multa compensatória no percentual de:

a) 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da prestação não cumprida, considerado o valor das parcelas dos serviços não executadas, nos casos de inexecução parcial do Contrato;

b) 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas, cumulativamente, com as previstas nos incisos I, II e IV do caput, desta Cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme § 2º, do art. 87, da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É assegurado à **CONTRATADA** o direito à defesa prévia, que deverá ser formulada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação da pretensão do **CONTRATANTE** em aplicar à pena.

PARÁGRAFO QUARTO - As penalidades previstas nesta Cláusula poderão ser objeto de recurso. O recurso da **CONTRATADA** será formulado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação da aplicação da pena

PARÁGRAFO QUINTO - O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica dispensada da cobrança a penalidade de multa que, calculada isolada ou cumulativamente, na forma estabelecida no Parágrafo Primeiro, apresente valor final inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme art. 13 da Portaria TJDF-T GPR 1.105/2012.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de reincidência da irregularidade de que trata o Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** ficará sujeita à aplicação cumulativa da penalidade de advertência.

PARÁGRAFO OITAVO - Inexistindo pagamentos a serem efetuados, o **CONTRATANTE**, após apurar a quantia correspondente à multa aplicada, notificará a **CONTRATADA** para que recolha a favor do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, o valor em moeda corrente, na forma mencionada no § 2º da Cláusula Décima Oitava.

PARÁGRAFO NONO - Efetuado o recolhimento de que trata o Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** cópia autenticada do respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO - O presente Instrumento será executado sob o acompanhamento da **Assessoria de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGTIC)**, do **CONTRATANTE**, que se incumbirá de receber e atestar as faturas referentes aos serviços, observar o fiel cumprimento do presente Contrato, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contrtual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões e providências que ultrapassem a competência do órgão fiscalizador deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO - O presente Instrumento poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/1993;

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA - O presente Instrumento vigorará por 18 (dezoito) meses a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES - O presente Instrumento poderá ser alterado, em conformidade com o art. 65, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS - Este Contrato regula-se pela Lei 8.666/1993, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar, a sua custa, a publicação do extrato

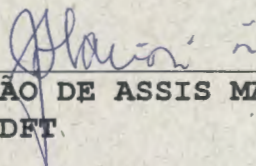
deste Instrumento no "Diário Oficial" da União, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO - Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, conforme art. 55, § 2º, da Lei 8.666/1993.

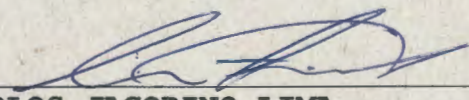
E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à **CONTRATADA**, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes abaixo.

Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

Pelo **CONTRATANTE**:


Desembargador **JOÃO DE ASSIS MARIOSI**
Presidente do **TJDF**

Pela **CONTRATADA**:


CARLOS JACOBINO LIMA
Sócio

ANEXO I

CONTRATO TJDFT N. 259/12

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviços de suporte técnico para mapeamento, diagnóstico e implantação de processos de Governança de TIC, operacionalização da Assessoria de Governança de TIC - AGTIC, transferência de conhecimento para gestão dos processos e monitoramento dos processos implantados, conforme detalhamento do objeto no Anexo IV deste Contrato.	Serviço	01	669.998,00	669.998,00
CÓDIGO CATSER: 22993					

ANEXO II

CONTRATO TJDFT N. 259/12

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE,
RELATIVO AO CONTRATO TJDFT N.
259/2012, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS E A EMPRESA INTELIT
PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, sediado no Palácio da Justiça - Praça Municipal, lote 01 - CEP 70094-900 Brasília/DF - CNPJ 00531954/0001-20, doravante denominado TJDFT, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOÃO DE ASSIS MARIOSI, e, de outro lado, a EMPRESA INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME, CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N. 259/2012, a EMPRESA INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME terá acesso a informações confidenciais do TJDFT;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações confidenciais, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, relativo ao CONTRATO TJDFT N. 259/2012, de acordo com **Procedimento Administrativo N. 11.914/2012** e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

I - O objeto deste Termo é prover a necessária e adequada proteção às informações confidenciais fornecidas pelo TJDFT à **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME**, em razão do CONTRATO TJDFT N. 259/2012.

II - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão pertinentes a toda e qualquer documentação, produto e/ou informação que, porventura, seja disponibilizada pelo TJDFT e/ou acessada pela **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME** ou qualquer de seus recursos técnicos ou prepostos.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

I - A **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME** se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer

documentação, produto e/ou informação que, porventura, seja disponibilizada pelo TJDFT e/ou acessada pela mesma.

II - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME compromete-se, igualmente, a não revelar, a não reproduzir, a não utilizar, a não se desfazer e/ou a não dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer de seus diretores, empregados, prepostos e/ou recursos técnicos, faça uso dessa DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de forma diversa da de executar o CONTRATO TJDFT N. 259/2012, mesmo que o referido CONTRATO tenha sua vigência expirada.

III - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME deverá tomar as devidas providências para que a DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS fiquem restritas ao conhecimento dos diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas atividades, discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

I - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento não se aplicam aos casos de requisição judicial, obrigando-se a **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME** a informar, previamente e por escrito ao TJDFT, de sorte a viabilizar a adoção de medidas judiciais com o objetivo de resguardar o sigilo da DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

CLÁUSULA QUARTA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

I - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME se compromete e se obriga a utilizar a DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS reveladas pelo TJDFT exclusivamente para os propósitos deste Termo e da execução do CONTRATO TJDFT N. /20 , mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

II - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME se compromete a não efetuar qualquer cópia ou reprodução de qualquer DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS sem o consentimento prévio e expresso do TJDFT.

III - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME compromete-se a cientificar seus diretores, empregados, prepostos e/ou recursos técnicos da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações.

IV - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS do TJDFT, bem como para evitar e prevenir sua revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo TJDFT.

V - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME tomará as medidas de cautela cabíveis, na mesma proporção em que tomaria para proteger suas próprias informações confidenciais, a fim de manter as informações confidenciais em sigilo.

VI - A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME compromete-se a separar a DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de propriedade do TJDFT dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

CLÁUSULA QUINTA DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

I - Todas a DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS reveladas pelo TJDFT à **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME** permanecem como propriedade exclusiva do TJDFT, devendo a este retornar imediatamente assim que por ele requerido ou ao término do vínculo contratual, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

I - O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e vigorará por período não inferior ao período de vigência do CONTRATO TJDFT N. 259/2012, incluindo suas eventuais prorrogações.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

I - A quebra do sigilo e confidencialidade de que trata o presente Termo, devidamente comprovada, sem autorização expressa do TJDFT, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as PARTES, sem qualquer ônus para o TJDFT. Neste caso, a **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME** estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo TJDFT ou por TERCEIROS, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidades civil e criminal, respectivamente, as quais serão apuradas, preliminarmente ao eventual processo judicial, em regular processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente Termo constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento da DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas, declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES contratantes no que diz respeito ao CONTRATO TJDFT N.

_____/20____, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelas PARTES, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venha a ser firmado entre as PARTES.

II - Este Termo de Confidencialidade constitui termo vinculado ao CONTRATO TJDET N. 259/2012, parte independente e regulatória daquele.

III - Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste Termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou, ainda, constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios que orientam o direito administrativo, as quais deverão ser utilizadas como fonte para solucionar eventuais pendências que não foram previstas no presente instrumento.

IV - O disposto no presente Termo de Confidencialidade prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as PARTES quanto ao sigilo de DOCUMENTAÇÃO, PRODUTO e/ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, tal como aqui definidas.

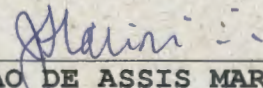
V - A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

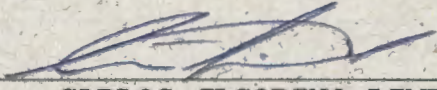
CLÁUSULA NONA DO FORO

I - O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente Termo será o da sede da Administração.

E por estarem, assim, justas e acordadas, as partes assinam este instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2012.


Desembargador **JOÃO DE ASSIS MARIOSI**
Presidente do TJDET


CARLOS JACOBINO LIMA
Sócio da **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME**

ANEXO III
CONTRATO TJDF N. 259/12

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item 1						
Fase	Etapa	Produto	Qtde	V.unit. (R\$)	V.Total (R\$)	(%)
Fase 1 - Serviços de suporte técnico para mapeamento e diagnóstico dos processos de gestão de serviços de TIC executados pela SETI, visando definir o grau de maturidade organizacional, segundo o modelo COBIT 4.1, de 13 processos de Governança de TIC e suporte técnico visando à implantação dos processos.	I	1	1	14.632,76	14.632,76	2,184000
		2	1	9.755,17	9.755,17	1,456000
		TOTAL	2		24.387,93	3,64
	II	1	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		2	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		3	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		4	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		5	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		6	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		7	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		8	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		9	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		10	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		11	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		12	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		13	1	11.083,44	11.083,44	1,654250
		14	1	26.429,75	26.429,75	3,944750
		TOTAL	14		170.514,49	25,45
Fase 2 - Serviços de suporte técnico para estruturação e operacionalização da Assessoria de Governança de TIC (AGTIC), definindo e documentando os métodos e técnicas adequados, visando a organizar e implantar a gestão do mapeamento e redesenho dos processos de TIC.	I	1	1	14.632,76	14.632,76	2,184
		2	1	9.755,17	9.755,17	1,456
		TOTAL	2		24.387,93	3,64
	II	1	1	10.233,55	10.233,55	1,527400
		2	1	7.309,68	7.309,68	1,091000
		3	1	7.309,68	7.309,68	1,091000
		4	1	17.543,23	17.543,23	2,6184000
		5	1	17.543,23	17.543,23	2,6184000
		6	1	14.619,36	14.619,36	2,182000
		7	1	10.233,55	10.233,55	1,5274000
		8	1	21.929,03	21.929,03	3,273000
		9	1	7.309,68	7.309,68	1,091000
		10	1	7.309,68	7.309,68	1,091000
		11	1	7.309,68	7.309,68	1,091000
		12	1	17.543,23	17.543,23	2,6184000
		TOTAL	12		146.193,56	21,82
Fase 3 - Serviços de suporte técnico para a implantação de 6 processos do COBIT.	I	1	1	19.362,94	19.362,94	2,89000
		2	1	19.362,94	19.362,94	2,89000
		TOTAL	2		38.725,88	5,78
	II	1	1	18.599,14	18.599,14	2,776000
		2	1	18.599,14	18.599,14	2,776000

		3	1	18.599,14	18.599,14	2,776000
		4	1	18.599,14	18.599,14	2,776000
		5	1	18.599,14	18.599,14	2,776000
		6	1	23.248,93	23.248,93	3,47000
		TOTAL	6		116.244,65	17,35
Fase 4 - Serviços de transferência de conhecimento visando à capacitação dos servidores que assumirão a gestão dos 6 processos de Governança de TIC definidos para implantação	I	1	1	19.362,94	19.362,94	2,89000
		TOTAL	1		19.362,94	2,89000
	II	1	2	19.362,94	38.725,88	5,78000
TOTAL		2		38.725,88	5,78	
Fase 5 - Serviços de monitoramento dos processos implantados com avaliação mensal dos resultados.	I	1	3	30.484,91	91.454,73	13,65000
		TOTAL	3		91.454,73	13,65
Total Geral =		41	44		669.998,00	100%

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DO OBJETO

Item 1. Serviços de suporte técnico de mapeamento, diagnóstico e implantação de processos de Governança de TIC, operacionalização da Assessoria de Governança de TIC - AGTIC, transferência de conhecimento para gestão dos processos e monitoramento dos processos implantados.

- a) Os serviços foram subdivididos em fases, etapas e produtos. Estes (produtos) serão os elementos faturáveis do projeto.

Fase 1. Serviços suporte técnico de mapeamento e diagnóstico dos processos de gestão de serviços de TIC executados pela SETI, visando definir o grau de maturidade organizacional, segundo o modelo COBIT 4.1, de 13 processos de Governança de TIC e suporte técnico visando à implantação dos processos.

- a) Os serviços serão prestados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pelo Executor do Contrato;
- b) Para fins de Recebimento Definitivo dos serviços previstos neste item, os seguintes produtos deverão ser entregues pela **CONTRATADA**:

- 1) O relatório do grau de maturidade atual de cada processo deverá contemplar:

- Definição do nível de maturidade do **CONTRATANTE**, segundo os critérios estabelecidos no Modelo de Maturidade do COBIT 4.1 - ITGI, contendo a descrição dos quesitos presentes e ausentes que definem tal grau de maturidade.

- 2) O plano de ação para implantação de cada processo (produtos abaixo discriminados) deverá contemplar:

- estrutura física, tecnológica e de pessoas necessárias à implantação e gestão do processo;
- artefatos, formulários, documentos a serem utilizados na gestão do processo;
- matriz RACI do processo;
- minuta de ato normativo com a definição das regras de negócio, papéis e responsabilidades;
- desenho do processo utilizando-se notação BPMN;
- proposta de cronograma de implantação;

- indicação de softwares/ferramentas para controle do processo, com prioridade para software livre;
- quesitos indispensáveis e prioritários ao processo de implantação.

Etapa I - Planejar as atividades:

- Produto 1.1 - Plano global do projeto.
- Produto 1.2 - Reunião de alinhamento estratégico para mapeamento e diagnóstico dos processos de gestão de serviços de TIC executados pela SETI.

Etapa II - Identificar, analisar e descrever o grau de maturidade dos processos da SETI segundo o modelo COBIT 4.1:

- Produto 1 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO1 Definir um Plano Estratégico de TIC.
- Produto 2 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO2 Definir a Arquitetura da Informação.
- Produto 3 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO4 Definir os Processos, Organização e os Relacionamentos de TIC.
- Produto 4 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO6 Comunicar as Diretrizes e Expectativas da Diretoria.
- Produto 5 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO7 Gerenciar os Recursos Humanos de TIC.
- Produto 6 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO8 Gerenciar a Qualidade.
- Produto 7 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO9 Avaliar e Gerenciar os Riscos de TIC.
- Produto 8 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - PO10 Gerenciar Projetos.
- Produto 9 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - DS1 Definir e Gerenciar Níveis de Serviços.
- Produto 10 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - DS3 Gerenciar Capacidade e Desempenho.
- Produto 11 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - DS4 Assegurar Continuidade de Serviços.
- Produto 12 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - DS5 Assegurar a Segurança

dos Serviços.

- m) Produto 13 - Relatório do grau de maturidade atual e plano de ação para implantação do processo - ME4 Prover a Governança de TIC.
- n) Produto 14 - Relatório do grau de maturidade global atual contendo: grau de maturidade dos processos de Governança de TIC, a estrutura física, de pessoas e de infra-estrutura da área de TIC e plano de ação para implantação de Governança de TIC com estrutura física, de pessoas e infra-estrutura mínima adequada para atender às demandas atuais e as expectativas futuras de implantação de soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do TJDF.

Fase 2. Serviços de suporte técnico para estruturação e operacionalização da Assessoria de Governança de TIC (AGTIC), definindo e documentando os métodos e técnicas adequados, visando a organizar e implantar a gestão do mapeamento e redesenho dos processos de TIC.

- a) Os serviços serão prestados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pelo Executor do Contrato;
- b) Para fins de Recebimento Definitivo dos serviços previstos neste item, os seguintes produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA:

Etapa I - Planejar as atividades:

- a) Produto 1 - Plano de trabalho para estruturação e operacionalização da AGTIC.
- b) Produto 2 - Reunião de alinhamento estratégico para estruturação e operacionalização da AGTIC.

Etapa II - Identificar, analisar e descrever os processos da AGTIC:

- a) Produto 1 - Matriz RACI (papéis e responsabilidades) da AGTIC.
- b) Produto 2 - Posicionamento organizacional da AGTIC.
- c) Produto 3 - Fatores críticos de sucesso.
- d) Produto 4 - Mapa de expectativas dos órgãos de decisão, assessoramento, gestão e usuários de TIC.
- e) Produto 5 - Catálogo de serviços da AGTIC.
- f) Produto 6 - Matriz de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- g) Produto 7 - Diretrizes estratégicas da AGTIC.
- h) Produto 8 - Desenho dos fluxos dos processos da AGTIC.
- i) Produto 9 - Minuta de instrumento normativo de regulamentação

do funcionamento da AGTIC.

- j) Produto 10 - Matriz SWOT da AGTIC.
- k) Produto 11 - Plano de comunicação para divulgação da AGTIC.
- l) Produto 12 - Realizar 6 palestras de divulgação e sensibilização dos usuários de TIC, sendo uma para o grupo gestor de 1ª instância, uma para o grupo gestor de 2ª instância, uma para o grupo gestor administrativo, uma para o grupo gestor de recursos humanos, uma para o Comitê Gestor de TIC e uma para a Comissão de Coordenação Geral de TIC, customizadas para cada público.

Fase 3 - Serviços de suporte técnico para a implantação de 6 processos do COBIT:

- a) Os processos serão escolhidos a critério da Administração do **CONTRATANTE**, levando-se em consideração o grau de maturidade dos processos e a prioridade definida.
- b) A **CONTRATADA** deverá documentar todas as fases de implantação de cada processo para uso do **CONTRATANTE** como base de conhecimento para novas implantações.
- c) A implantação dos processos deverá contemplar as seguintes etapas:
 - Levantamento e estudo de normas e publicações oficiais do **CONTRATANTE** e do Tribunal de Contas da União - TCU.
 - Elaboração de minutas de normas estabelecendo regras, fluxos, papéis e responsabilidades relativas ao processo em implantação.
 - Suporte, orientação e acompanhamento personalizado aos Servidores da SETI, indicados para assumirem os papéis operacionais envolvidos no processo em implantação.
 - Repasse de conhecimento referente à eventual ferramenta necessária à gestão do processo, quando for o caso.
- d) Desenvolver prova de conceito (poc) de eventuais softwares indicados para a gestão dos processos selecionados para implantação, conforme descrito no item "a" acima.

Etapa I - Planejar as atividades:

- a) Produto 1 - Plano de trabalho para implantação de 06 (seis) processos COBIT;
- b) Produto 2 - Apresentações institucionais 2(duas).

Etapa II - Suporte técnico para a implantação de processos de COBIT:

- a) Produto 1 - Suporte técnico para a implantação do Processo COBIT 1.
- b) Produto 2 - Suporte técnico para a implantação do Processo

COBIT 2.

- c) Produto 3 - Suporte técnico para a implantação do Processo COBIT 3.
- d) Produto 4 - Suporte técnico para a implantação do Processo COBIT 4.
- e) Produto 5 - Suporte técnico para a implantação do Processo COBIT 5.
- f) Produto 6 - Suporte técnico para a implantação do Processo COBIT 6.

Fase 4 - Serviços de transferência de conhecimento aos servidores que assumirão a gestão dos 6 processos de Governança de TIC definidos para implantação.

Etapa I - Planejar as atividades:

Produto 1 - Plano Geral de transferência técnico-operacional relacionada aos 6 processos implantados, para os servidores que ficarão como responsáveis pela gestão;

Etapa II - Realização dos eventos de transferência técnico-operacional relacionada aos 6 processos implantados, para os servidores que ficarão como responsáveis pela gestão, a qual deverá abranger conceitos, metodologias, padrões e experiências de mercado de Governança de TIC.

Produto 1 - 02 (dois) eventos de transferência para até 10 (dez) servidores cada, a serem realizados no horário das 14h às 18h, de 2ª a 6ª feira;

- a) As ementas dos eventos de transferência deverão ser previamente submetidas à aprovação do **CONTRATANTE** e deverão contemplar requisitos práticos relacionados aos aspectos mapeados, diagnosticados, de implantação e do grau de maturidade do **CONTRATANTE**, previstos no item 01 e 03.
- b) Será de responsabilidade da **CONTRATADA** a disponibilização do ambiente físico para realização dos eventos de transferência, bem como manuais e documentação.
- c) Os eventos visam atender a uniformização dos procedimentos pertinentes a gestão de processos de negócio.

Fase 5 - Serviços de monitoramento dos processos implantados com avaliação mensal dos resultados.

Etapa I - Monitoramento dos 6 processos de Governança de TIC implantados com avaliação mensal dos resultados da implantação:

Produto 1 - Três relatórios mensais, sendo um relatório por mês, de ponto de controle contendo a avaliação do grau de maturidade dos processos implementados:

- a) A presente fase iniciar-se-á imediatamente após a conclusão da fase 3, com a efetiva implantação dos 6 processos definidos pela Administração do **CONTRATANTE**, nos últimos 3 meses de vigência contratual.
- b) Cada relatório deverá conter a avaliação de todos os pontos considerados essenciais para a continuidade da gestão dos processos, bem como os fatores chaves visando à evolução do grau de maturidade dos processos, com base nos critérios estabelecidos no Modelo de Maturidade do COBIT 4.1 - ITGI, contendo a descrição dos quesitos presentes e ausentes que definem tal grau de maturidade.

Delimitação ao escopo da avaliação COBIT

A abrangência do estudo está limitada à Secretaria de Tecnologia da Informação, à Assessoria de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, à Secretaria Geral, aos Grupos Gestores de 1ª Instância, 2ª Instância, Recursos Humanos e Administrativo, ao Comitê Gestor de TIC, e à Comissão de Coordenação Geral de TIC do **CONTRATANTE**.

Todos os produtos deverão ser entregues na língua portuguesa em meio físico e digital, em formato editável, permitindo as adequações que se fizerem necessárias. Da mesma forma, todas as reuniões, entrevistas e pesquisas deverão ser realizadas em português.

ANEXO V
CONTRATO TJDET N. 259/12
QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE A SER ALOCADA AO PROJETO

Perfil	Requisitos de qualificação	
Especialista em Gerenciamento de Projetos COBIT	Formação acadêmica (obrigatória)	Formação superior (graduação ou pós-graduação) em áreas correlatas à tecnologia da informação, ciência da computação, engenharia de rede ou segurança da informação.
	Certificação (obrigatória)	Pelo menos uma certificação reconhecida em COBIT (COBIT Foundation Exam), Certificação PMP ou pós-graduação em gerenciamento de projetos
	Certificação (desejável)	Certificação CBPP
	Conhecimento (indispensável)	COBIT 4.1, PMBOK, BPM, BPMN
	Experiência (obrigatória)	Experiência em Governança de Tecnologia da Informação (COBIT), gerenciamento de projeto e PMBOK
	Qtd. estimada de profissionais	1 profissional
	Principais atribuições	Gerenciar o projeto e executar atividades de natureza técnica necessárias à geração dos produtos relativos descritos no Termo de Referência.
Especialista COBIT	Formação acadêmica (obrigatória)	Formação superior (graduação ou pós-graduação) em áreas correlatas à tecnologia da informação, ciência da computação, engenharia de rede ou segurança da informação.
	Certificação (obrigatória)	Pelo menos uma certificação reconhecida em COBIT (COBIT Foundation Exam).
	Conhecimento (indispensável)	Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, COBIT 4.1, BPM, BPMN
	Experiência (obrigatória)	Experiência em projetos semelhantes envolvendo governança de tecnologia da informação e comunicação.
	Qtd. estimada de profissionais	2 profissionais

	Principais atribuições	Executar atividades de natureza técnica necessárias à geração dos produtos relativos descritos no Termo de Referência.
1. Os perfis e requisitos dos profissionais acima descritos deverão participar dos serviços durante toda a vigência contratual.		



SERVIÇO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E CREDENCIAMENTOS - SERCOC
SIG, Quadra 02, Lotes 530/540, subsolo, Brasília - DF - CEP 70.610-420
Fone: 3103.4399/4398/4614 - FAX corporativo: 3103.0872
E-mail: sercoc@tjdft.jus.br
Horário de Funcionamento: 12:00 às 19:00

COMUNICADO

Em atendimento a Portaria/GPR. N.260, de 26/04/2007, deste TJDF, publicada no Diário da Justiça em 03/05/2007, a qual estabeleceu que:

"todos os contratos de obras, de prestação de serviços, de aquisição de equipamentos, de materiais de consumo ou permanentes, bem como quaisquer outros instrumentos que envolvam compromissos financeiros de responsabilidade deste Tribunal sejam acompanhados por servidor ou servidores especificamente designados para esse mister, denominados executores de contrato, com a finalidade de assegurar a fiel execução do objeto contratado".

Comunicamos a V.Sa. que os Servidores responsáveis por acompanhar a execução do Contrato (PA N. 11.914/2012) assinado por essa Instituição são:

Executor: Sândor Evaristo Carlos - Mat. 312.211

Executor Substituto: Leandro Gomes de Freitas - Mat. 316.288

<p>OBS: A via da empresa deverá ser retirada neste Serviço. O extrato do Contrato será publicado no Diário Oficial da União.</p>
--

Telefone para contato: (61) 3103-4248 / 3103-4699

EMPRESA: INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA ME

Responsável: _____

Leandro Liowski

